

ANEXO AO DECRETO Nº 14.979, DE 27 DE MARÇO DE 2018.

RELAÇÃO DOS ATOS NORMATIVOS RELATIVOS ÀS ISENÇÕES, AOS INCENTIVOS E AOS BENEFÍCIOS FISCAIS OU FINANCEIROS-FISCAIS DE QUE TRATA O INCISO I DO CAPUT DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 160, DE 7 DE AGOSTO DE 2017.

APÊNDICE I - ATOS NORMATIVOS VIGENTES EM 8 DE AGOSTO DE 2017.

UNIDADE FEDERADA: MATO GROSSO DO SUL				DISPOSITIVO ESPECÍFICO	DATA DA PUBLICAÇÃO NO D.O.E.	TERMO INICIAL	OBSERVAÇÕES
ITEM	ATOS	NÚMERO	EMENTA OU ASSUNTO				
1.	Decreto	06.341/1992	Dispõe sobre a apuração especial e o pagamento do ICMS nas operações de vendas de mercadorias a órgãos públicos do Estado.		31.01.1992	31.01.1992	
2.	Decreto	06.937/1992	Dispõe sobre a redução da base de cálculo nas operações com álcool carburante e gasolina para uso em veículos rodoviários de aluguel (táxis).		17.12.1992	01.01.1993	
3.	Decreto	06.996/1993	Dispõe sobre a concessão de créditos presumidos nas operações com os produtos resultantes da industrialização do leite produzido neste Estado e dá outras providências.		05.01.1993	01.01.1993	
4.	Decreto	07.163/1993	Dispõe sobre isenção do ICMS nas doações feitas a entidades beneficentes.		13.04.1993	01.01.1993	
5.	Decreto	07.410/1993	Dispõe sobre a aplicação de normas relativas à tributação da soja in natura.		20.09.1993	01.09.1993	
6.	Decreto	08.907/1997	Dispõe sobre a tributação de discos fonográficos e fitas, gravados por artistas locais.		05.09.1997	05.09.1997	
7.	Decreto	09.113/1998	Altera dispositivos do Regulamento do ICMS e dá outras providências. ASSUNTO: Crédito Presumido aos estabelecimentos industrializadores do produto soja nas operações com os produtos óleo de soja refinado e envasado e gorduras vegetais.	Art. 4º	25.05.1998	25.05.1998	
8.	Decreto	09.203/1998	Aprova o Regulamento do ICMS e dá outras providências.		21.09.1998	01.11.1998	
9.	Decreto	09.716/1999	Institui o Programa de Desenvolvimento da Produção Agropecuária que concede incentivos fiscais a produtores do Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências.		03.12.1999	03.12.1999	A Resolução Conjunta SEF/SEPRODES nº 019/1999 dispõe sobre o Decreto nº 9.716/1999
10.	Decreto	09.745/1999	Concede crédito outorgado a estabelecimento industrial nas operações com os produtos que especifica. ASSUNTO: Concede crédito outorgado ao estabelecimento localizado neste Estado, fabricante de açúcar.	Art. 2º	29.12.1999	01.01.2000	
11.	Decreto	09.895/2000	Dispõe sobre o tratamento tributário dispensado às operações com os produtos agrícolas que especifica e dá outras providências.		03.05.2000	03.05.2000	
12.	Decreto	09.946/2000	Dispõe sobre os procedimentos relativos à contribuição em favor do Fundo de Investimentos Sociais (FIS) e à dedução do respectivo valor do saldo devedor do ICMS e dá outras providências.		15.06.2000	15.06.2000	
13.	Decreto	09.980/2000	Dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal a estabelecimentos participantes do Projeto Meu		11.07.2000	11.07.2000	

			Primeiro Emprego.				
14.	Decreto	10.027/2000	Dispõe sobre a dispensa do ICMS nas operações destinadas a atender ao Convênio "Compras Governamentais" e dá outras providências.		15.08.2000	15.08.2000	
15.	Decreto	10.043/2000	Dispõe sobre tratamento tributário simplificado e favorecido às pessoas físicas que exercem, de maneira informal, atividades comerciais ou industriais de subsistência.		01.09.2000	01.09.2000	
16.	Decreto	10.065/2000	Dispõe sobre a concessão de crédito outorgado do ICMS às empresas fabricantes de calçados e dá outras providências.		22.09.2000	22.09.2000	
17.	Decreto	10.298/2001	Dispõe sobre o diferimento do ICMS nas operações de importação de trigo e dá outras providências.		30.03.2001	30.03.2001	
18.	Decreto	10.310/2001	Disciplina o tratamento tributário dispensado ao pequeno produtor rural que exerça atividade em Unidade Familiar de Processamento Agroindustrial (UFPA), compreendida no Programa denominado Prove Pantanal.		05.04.2001	05.04.2001	
19.	Decreto	10.503/2001	Dispõe sobre tratamento tributário simplificado e favorecido às pessoas físicas que exercem a atividade típica de artesanato.		03.10.2001	03.10.2001	
20.	Decreto	10.604/2001	Regulamenta a Lei Complementar nº 93, de 5 de novembro de 2001, que institui o Programa Estadual de Fomento à Industrialização, ao Trabalho, ao Emprego e à Renda (MS-EMPREENDEDOR), e dá outras providências.		26.12.2001	26.12.2001	
21.	Decreto	11.056/2003	Dispõe sobre a redução de base de cálculo do ICMS nas operações com veículos novos motorizados classificados na posição 8711 da NBM/SH.		10.01.2003	01.01.2003	
22.	Decreto	11.079/2003	Dispõe sobre a redução de base de cálculo do ICMS nas operações com os veículos automotores novos que especifica.		28.01.2003	01.02.2003	
23.	Decreto	11.089/2003	Dispõe sobre a redução de base de cálculo do ICMS nas operações com veículos automotores novos que especifica e dá outras providências.		03.02.2003	01.02.2003	
24.	Decreto	11.176/2003	Institui o Programa de Avanços na Pecuária de Mato Grosso do Sul (Proape), visando à expansão e ao fortalecimento da bovinocultura de corte, da bovinocultura de leite, da suinocultura, da avicultura de corte, da ovinocaprinoicultura e da piscicultura, e dá outras providências.		14.04.2003	14.04.2003	
25.	Decreto	11.214/2003	Regulamenta as disposições do artigo 14 da Lei Complementar (estadual) n. 93, de 5 de novembro de 2001, e dá outras providências.		15.05.2003	01.05.2003	
26.	Decreto	11.236/2003	Dispõe sobre o diferimento do lançamento e pagamento do ICMS nas operações que especifica.		28.05.2003	28.05.2003	
27.	Decreto	11.327/2003	Altera dispositivos do Regulamento do ICMS e dá outra providência.	Art. 4º	07.08.2003	01.09.2003	
28.	Decreto	11.423/2003	Dispõe sobre a isenção do ICMS nas operações internas com cimento, areia ou pedra destinados à execução de obras de recuperação de rodovias localizadas no território do Estado.		30.09.2003	30.09.2003	

29.	Decreto	11.615/2004	Regulamenta o art. 11 da Lei n. 2.830, de 12 de maio de 2004, que institui a Política Estadual de Cooperativismo, relativamente ao ICMS.	26.05.2004	26.05.2004	
30.	Decreto	11.796/2005	Dispõe sobre o tratamento tributário dispensado às operações com couro bovino ou bufalino, e dá outras providências.	14.02.2005	23.12.2004	
31.	Decreto	11.803/2005	Dispõe sobre o Regime Especial de Controle e Fiscalização relativo às operações de exportações e de saída para o fim específico de exportação, incluídas as remessas destinadas à formação de lote, e dá outras providências.	24.02.2005	01.03.2005	
32.	Decreto	11.819/2005	Dispõe sobre tratamento tributário especial relativamente às prestações de serviços de transporte que específica e dá outras providências.	21.03.2005	21.03.2005	
33.	Decreto	11.972/2005	Dispõe sobre dispensa da cobrança de diferencial de alíquotas na hipótese que específica, e dá outras providências.	17.11.2005	01.08.2005	
34.	Decreto	12.056/2006	Dispõe sobre o tratamento tributário dispensado às operações com gados bovino, bufalino, caprino, ovino e suíno, aves e leporídeos e com os produtos resultantes do seu abate.	09.03.2006	01.01.2006	
35.	Decreto	12.135/2006	Dispõe sobre a isenção do ICMS nas operações internas decorrentes de aquisição de armas por policiais civis, militares e rodoviários; bombeiros militares e agentes penitenciários, do Estado.	15.08.2006	15.08.2006	
36.	Decreto	12.415/2007	Dispõe sobre tratamento tributário a ser dispensado a operações com produtos farmacêuticos nos casos que específica e dá outras providências.	04.10.2007	04.10.2007	
37.	Decreto	12.424/2007	Regulamenta a retenção de valores sobre a comercialização de combustíveis, para serem destinados ao Fundo de Desenvolvimento do Sistema Rodoviário do Estado de Mato Grosso do Sul.	06.10.2007	06.10.2007	
38.	Decreto	12.632/2008	Dispõe sobre a cientificação do sujeito passivo nos casos de constatação de falta de pagamento do imposto ou de descumprimento de requisito para a fruição de benefício fiscal, nas hipóteses que específica.	14.10.2008	14.10.2008	
39.	Decreto	12.691/2008	Dispõe sobre tratamento tributário relativo a operações com biodiesel - B100.	31.12.2008	01.01.2009	
40.	Decreto	12.774/2009	Dispõe sobre a redução da base de cálculo do ICMS nas operações com peças do vestuário produzidas neste Estado e dá outras providências.	26.06.2009	01.01.2010	
41.	Decreto	12.803/2009	Reorganiza o Fundo de Investimentos Esportivos de Mato Grosso do Sul (FIE/MS), criado pela Lei nº 2.281, de 11 de setembro de 2001, e dá outras providências.	19.08.2009	19.08.2009	
42.	Decreto	12.854/2009	Dispõe sobre benefícios fiscais a serem utilizados por empreendimentos industriais que específica e dá outras providências.	27.11.2009	27.11.2009	
43.	Decreto	12.871/2009	Concede crédito outorgado a estabelecimento industrial nas operações com betume de petróleo	22.12.2009	01.01.2010	

			e mistura betuminosa à base de asfalto.				
44.	Decreto	13.115/2011	Dispõe sobre a dispensa da cobrança de diferencial de alíquotas e de ICMS Garantido, na hipótese que especifica.		01.02.2011	01.02.2011	
45.	Decreto	13.275/2011	Dispõe sobre o tratamento tributário relativo às operações com álcool etílico combustível.		06.10.2011	01.10.2011	
46.	Decreto	13.606/2013	Dispõe sobre prorrogação de benefícios e incentivos fiscais relativos ao ICMS, concedidos a estabelecimentos industriais com base na Lei Complementar nº 93, de 5 de novembro de 2001, e na Lei nº 4.049, de 30 de junho de 2011, e dá outras providências.		26.04.2013	26.04.2013	
47.	Decreto	13.606/2013	Dispõe sobre prorrogação de benefícios e incentivos fiscais relativos ao ICMS, concedidos a estabelecimentos industriais com base na Lei Complementar nº 93, de 5 de novembro de 2001, e na Lei nº 4.049, de 30 de junho de 2011, e dá outras providências.		26.04.2013	26.04.2013	
48.	Decreto	13.646/2013	Dispõe sobre a concessão de gratuidade e ou de desconto, no Sistema de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado de Mato Grosso do Sul, em benefício das pessoas idosas e ou com deficiência.		07.06.2013	07.06.2013	
49.	Decreto	13.715/2013	Dispõe sobre incentivos fiscais deferidos a fabricantes de peças do vestuário estabelecidos no Estado, nas condições que especifica, relativamente ao ICMS.		20.08.2013	01.08.2013	
50.	Decreto	14.090/2014	Institui o Programa Fomentar Fronteiras, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, nos termos que especifica. ASSUNTO: Diferimento do lançamento e pagamento do imposto incidente na operação de importação para a operação subsequente; e concessão de crédito presumido em relação à operação subsequente à da importação, com os mesmos produtos, quando destinada a outra unidade da Federação.		01.12.2014	01.12.2014	
51.	Decreto	14.424/2016	Institui o Programa de Recuperação de Pastagens Degradadas, e dá outras providências.		10.03.2016	10.03.2016	
52.	Decreto	14.426/2016	Institui o Programa de Estímulo à Exportação ou à Importação pelos Portos do Rio Paraguai (PROEXPRP), nos termos que especifica, e dá outras providências.		18.03.2016	18.03.2016	
53.	Decreto	14.454/2016	Dispõe sobre incentivos ou benefícios fiscais em relação ao diferencial de alíquota incidente nas operações interestaduais que destinem bens a consumidor não contribuinte do imposto, realizadas por empresas que os detenham.		19.04.2016	01.01.2016	
54.	Decreto	14.720/2017	Dispõe sobre a apuração e o pagamento do ICMS incidente sobre as operações de importação de gás natural, e dá outras providências.	Art. 4º	25.04.2017	25.04.2017	
55.	Decreto	14.728/2017	Revoga os Decretos nº 10.098, de 27 de outubro de 2000, e nº 9.377, de 9 de fevereiro de 1999. ASSUNTO: Manteve em vigor as		26.04.2017	26.04.2017	

			autorizações concedidas com base no Decreto n. 10.098/2000.				
56.	Decreto	14.730/2017	Dispõe sobre tratamento tributário a ser dispensado nas operações internas com os produtos que especifica.		26.04.2017	26.04.2017	
57.	Lei	1.726/1996	Autoriza o Poder Executivo a compensar créditos tributários e dá outras providências.		23.12.1996	23.12.1996	
58.	Lei	1.810/1997	Dispõe sobre os tributos de competência do Estado e dá outras providências.		23.12.1997	23.12.1997	
59.	Lei	1.810/1997	Dispõe sobre os tributos de competência do Estado e dá outras providências. ASSUNTO: Redução das multas previstas no art. 117, desse que liquidadas juntamente com as demais partes componentes do crédito tributário exigido até as datas que especifica.	Art. 118	23.12.1997	23.12.1997	
60.	Lei	1.962/1999	Dispõe sobre a retenção de valores sobre a comercialização de combustíveis no Estado, e dá outras providências.		14.06.1999	01.01.2000	
61.	Lei	1.963/1999	Cria o Fundo de Desenvolvimento do Sistema Rodoviário do Estado de Mato Grosso do Sul – FUNDERSUL; dispõe sobre diferimento de ICMS de produtos agropecuários; crédito presumido em operações de abate, e dá outras providências.		14.06.1999	14.07.1999	
62.	Lei	2.105/2000	Institui o Fundo de Investimentos Sociais e dá outras providências.		31.05.2000	01.05.2000	
63.	Lei	2.281/2001	Institui o Fundo de Investimentos Esportivos e dá outras providências.		12.09.2001	12.09.2001	
64.	Lei	2.433/2002	Dispõe sobre a concessão de benefício fiscal nas vendas de veículos de duas rodas (motocicletas) para mototaxista e moto-entregador.		08.05.2002	08.05.2002	
65.	Lei	2.645/2003	Reorganiza o Fundo de Investimentos Culturais do Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências.	Art. 6º	14.07.2003	14.07.2003	
66.	Lei	2.783/2003	Autoriza a concessão de crédito presumido e crédito outorgado nas hipóteses em que especifica.		22.12.2003	22.12.2003	
67.	Lei	2.820/2004	Dispõe sobre o processo de produção do Queijo Artesanal Caipira, e dá outras providências.		05.05.2004	05.05.2004	
68.	Lei	2.830/2004	Institui a Política Estadual de Cooperativismo.	Art. 11	13.05.2004	13.05.2004	
69.	Lei	2.957/2004	Dispõe sobre o tratamento tributário dispensado às operações com couro de bovinos e de bufalinos, sobre o Centro de Tecnologia do Couro e dá outras providências.		23.12.2004	23.12.2004	
70.	Lei	3.495/2008	Estabelece aos produtos considerados como protetor solar, a condição de medicamento e não mais de cosmético, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul.		14.02.2008	14.02.2008	
71.	Lei	3.701/2009	Dispõe sobre a extinção de créditos contra a administração direta, fundações e autarquias do Estado de Mato Grosso do Sul, mediante transação, e dá outras providências.		14.07.2009	14.07.2009	
72.	Lei	4.049/2011	Dispõe sobre o Programa Estadual de Desenvolvimento Industrial MS Forte-Indústria.		01.07.2011	01.07.2011	

73.	Lei	4.086/2011	Dispõe sobre a concessão de gratuidade e ou de desconto no Sistema de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado de Mato Grosso do Sul, em benefício das pessoas idosas e ou com deficiência, e dá outras providências.		21.09.2011	21.09.2011	
74.	Lei	4.266/2012	Dispõe sobre a inscrição estadual de pequenos produtores rurais e sobre a regularização dos respectivos rebanhos de gado de qualquer espécie, e dá outras providências.		07.11.2012		
75.	Lei	4.286/2012	Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 1.810, de 22 de dezembro de 1997, que dispõe sobre os tributos de competência do Estado, e dá outras providências		17.12.2012	01.01.2013	
76.	Lei	5.039/2017	Dispõe sobre a instituição ou a prorrogação de incentivos e de benefícios fiscais ou financeiro-fiscais concedidos ou a serem concedidos a estabelecimentos de qualquer natureza, relativos ao ICMS, mediante ou com base em leis e em outros atos do Poder Executivo.		08.08.2017	08.08.2017	
77.	Lei Complementar	093/2001	Institui o Programa Estadual de Fomento à Industrialização, ao Trabalho, ao Emprego e à Renda (MS-EMPREENDEDOR) e dá outras providências.		06.11.2001	06.11.2001	
78.	Lei Complementar	103/2003	Altera e acrescenta dispositivos da Lei Complementar n. 93, de 5 de novembro de 2001, que institui o Programa Estadual de Fomento à Industrialização, ao Trabalho, ao Emprego e à Renda (MS-EMPREENDEDOR), e dá outras providências.		22.09.2003	22.09.2003	
79.	Lei Complementar	191/2014	Altera e acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 093, de 5 de novembro de 2001, que dispõe sobre a instituição do Programa Estadual de Fomento à Industrialização, ao Trabalho, ao Emprego e à Renda (MS-EMPREENDEDOR), e dá outras providências.	Art. 2º	08.04.2014	08.04.2014	
80.	Lei Complementar	196/2014	Altera e acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 93, de 5 de novembro de 2001, que dispõe sobre a instituição do Programa Estadual de Fomento à Industrialização, ao Trabalho, ao Emprego e à Renda (MS-EMPREENDEDOR), e dá outras providências.	Art. 2º	26.12.2014	26.12.2014	
81.	Lei Complementar	241/2017	Altera e acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 93, de 5 de novembro de 2001, que institui o Programa Estadual de Fomento à Industrialização, ao Trabalho, ao Emprego e à Renda (MS-EMPREENDEDOR), e dá outras providências.	Art. 3º	31.10.2017	31.10.2017	
82.	Resolução	000, de 24 de maio de 1991.	Resolução Interna/SEF nº 000, de 24 de maio de 1991. Disciplina o pagamento do ICMS nas operações com tijolos no Município de Bataguassu.			24.05.1991	
83.	Resolução	019/1999	Resolução Conjunta SEF/SEPRODES n. 19, de 20 de dezembro de 1999. Dispõe sobre a operacionalização do		21.12.99	21.12.99	

			Programa de Desenvolvimento da Produção Agropecuária, no que se refere às culturas de algodão, arroz, feijão, girassol, milho, sorgo e trigo, instituído pelo Decreto n. 9.716, de 1º de dezembro de 1999.				
84.	Resolução	031/2003	Resolução Conjunta SERC/SEPROTUR n. 031, de 16 de junho de 2003. Estabelece normas para operacionalização do Programa de Avanços na Pecuária de Mato Grosso do Sul (PROAPE), instituído pelo Decreto n. 11.176, de 11 de abril de 2003, na parte relativa à suinocultura, denominada Subprograma de Apoio à Criação de Suínos de Qualidade e Conformidade "Leitão Vida".		17.06.2003	17.06.2003	
85.	Resolução	032/2003	Resolução Conjunta SERC/SEPROTUR n. 032, de 16 de junho de 2003. Estabelece normas para operacionalização do Programa de Avanços na Pecuária de Mato Grosso do Sul (PROAPE), instituído pelo Decreto n. 11.176, de 11 de abril de 2003, na parte relativa à ovinocaprinocultura, denominada Subprograma de Apoio à Criação de Ovinos e Caprinos de Qualidade e Conformidade.		17.06.2003	17.06.2003	
86.	Resolução	034/2003	Resolução Conjunta SERC/SEPROTUR n. 034, de 16 de junho de 2003. Estabelece normas para operacionalização do Programa de Avanços na Pecuária de Mato Grosso do Sul (PROAPE), instituído pelo Decreto n. 11.176, de 11 de abril de 2003, na parte relativa à piscicultura, denominada Subprograma de Apoio à Piscicultura "Peixe Vida".		17.06.2003	17.06.2003	
87.	Resolução	069/2016	Resolução Conjunta SEFAZ/SEPAF n. 069, de 30 de agosto de 2016. Dispõe sobre a operacionalização do Programa de Avanços na Pecuária de Mato Grosso do Sul (PROAPE), instituído pelo Decreto nº 11.176, de 11 de abril de 2003, na parte relativa à bovinocultura, e institui subprograma específico para essa finalidade.		08.09.2016	08.09.2016	
88.	Resolução	S/N, de 17 de agosto de 1993.	Resolução Interna/SEF s/n, de 17 de agosto de 1993. Dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às operações internas com embalagens plásticas e latas.			17.08.1993	
89.	Resolução	S/N, de 9 de setembro de 1991	Resolução Interna/SEF s/n, de 9 de setembro de 1991. Concede crédito presumido na área do ICMS e dá outras providências. ASSUNTO: Crédito presumido aos estabelecimentos fabricantes de tijolos localizados nos Municípios de Anastácio, Aparecida do Taboado, Bataguassu, Brasilândia e Três Lagoas.			09.09.1991	
90.	RICMS	Anexo I	Anexo I - Dos Benefícios Fiscais, ao Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 9.203, de 18 de setembro de 1998.		03.05.2000	01.05.2000	
91.	RICMS	Anexo I	ASSUNTO: Ficam isentos do ICMS os serviços de transporte interestadual e intermunicipal prestados no transporte de soja e	Art. 43-A	25.08.2016	25.08.2016	

			milho, objeto das operações que específica, destinadas à exportação.				
92.	RICMS	Anexo I	ASSUNTO: Redução da Base de Cálculo nas operações internas com produtos agrícolas in natura promovidas pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).	Art. 56	03.05.2000	01.05.2000	
93.	RICMS	Anexo I	ASSUNTO: Redução da base de cálculo nas operações internas com equinos e muares.	Art. 57, II	03.05.2000	01.05.2000	
94.	RICMS	Anexo I	Anexo I - Dos Benefícios Fiscais, ao Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 9.203, de 18 de setembro de 1998. ASSUNTO: redução da base de cálculo nas operações internas com energia elétrica, destinadas a estabelecimento de produtor rural para o fim específico de irrigação. Acrescentado pelo Decreto n. 14.476, de 20 de maio de 2016.	Art. 57-A	24.05.2016	24.05.2016	
95.	RICMS	Anexo I	Anexo I - Dos Benefícios Fiscais, ao Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 9.203, de 18 de setembro de 1998. ASSUNTO: redução da base de cálculo nas operações internas com energia elétrica, destinadas a estabelecimento de produtor rural que exerça a atividade de avicultura de corte. Acrescentado pelo Decreto n. 14.477, de 20 de maio de 2016.	Art. 57-B	24.05.2016	24.05.2016	
96.	RICMS	ANEXO I	Anexo I - Dos Benefícios Fiscais, ao Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 9.203, de 18 de setembro de 1998. ASSUNTO: Nas operações de saída e de importação dos produtos hortifrutigranjeiros aplica-se, conforme o caso, a redução de base de cálculo ou outro tratamento tributário previstos no Subanexo XIII a este Anexo. (Art. 58-A: acrescentado pelo Decreto nº 14.643/2016. Efeitos a partir de 30.12.2016.)	Art. 58-A	30.12.2016	30.12.2016	
97.	RICMS	Anexo I	Anexo I - Dos Benefícios Fiscais, ao Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 9.203, de 18 de setembro de 1998. ASSUNTO: Redução da base de cálculo nas operações internas com máquinas, implementos e equipamentos agrícolas destinados, exclusivamente a produtores agropecuários devidamente cadastrados neste Estado; e à utilização nas atividades agropecuárias desenvolvidas pelos produtores rurais cadastrados.	Art. 61	03.05.2000	01.05.2000	
98.	RICMS	Anexo I	Anexo I - Dos Benefícios Fiscais, ao Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 9.203, de 18 de setembro de 1998. ASSUNTO: crédito presumido aos estabelecimentos industrializadores de erva-mate. O Decreto nº 13.908, de 24 de março de 2014 altera e acrescenta dispositivos ao art. 71 do Anexo I.	Art. 71	03.05.2000	01.05.2000	
99.	RICMS	Anexo I	Anexo I- Dos Benefícios Fiscais, ao Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 9.203, de 18 de setembro de 1998. ASSUNTO:	Art. 77	03.05.2000	01.05.2000	

			crédito presumido aos estabelecimentos fabricantes de produtos cerâmicos. (Redação acrescentada pelo Decreto nº 10.502/2001.				
100.	RICMS	Anexo I	Anexo I - Dos Benefícios Fiscais, ao Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 9.203, de 18 de setembro de 1998. ASSUNTO: concessão de crédito outorgado a estabelecimentos revendedores varejistas de combustíveis automotivos (posto revendedor de combustíveis) que estejam obrigados a substituir o equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF) que não atenda aos requisitos estabelecidos no Convênio ICMS 09/09. Acrescentado pelo Decreto n. 14.641, de 29 de dezembro de 2016. (Art. 79-A: acrescentado pelo Decreto nº 14.641/2016. Efeitos a partir de 30.12.2016.)	Art. 79-A	30.12.2016	30.12.2016	
101.	RICMS	Anexo II	ASSUNTO: Dispensa do pagamento do imposto antes diferido, nos casos em que a saída em que se encerra o diferimento esteja alcançada pela isenção, prevista na hipótese da alínea "c", do inciso II, do caput do art. 10 do Anexo II ao RICMS.	Art. 10, Parágrafo único	03.05.2000	03.05.2000	
102.	RICMS	Anexo II	ASSUNTO: Nos casos em que a energia elétrica for objeto de operações alcançadas pela isenção ou imunidade, o estabelecimento gerador fica dispensado do pagamento do imposto antes diferido. Art. 12-B acrescentado pelo Decreto nº 14.021/2014.	Art. 12-B	30.07.2014	30.07.2014	
103.	RICMS	Anexo II	ASSUNTO: na exportação dos produtos acabados resultantes da industrialização, o estabelecimento industrial fica dispensado do pagamento do imposto antes diferido	Art. 1º, §6º, I	03.05.2000	03.05.2000	
104.	RICMS	Anexo II	ASSUNTO: Fica dispensado o pagamento do imposto, na operação de saída de alho realizada pelo próprio produtor, diretamente a consumidor final, desde que em quantidade compatível com o uso doméstico.	Art. 4º, Parágrafo único	03.05.2000	03.05.2000	
105.	RICMS	Anexo II	ASSUNTO: Fica dispensado o pagamento do ICMS diferido nas etapas anteriores de circulação desse produto nas saídas internas e interestaduais, isentas, de mandioca in natura e daquela submetida aos processos de descascamento, limpeza, corte, branqueamento, resfriamento, acondicionamento e congelamento.	Art. 8º, Parágrafo único	03.05.2000	03.05.2000	
106.	RICMS	Anexo II	ASSUNTO: Fica dispensado do pagamento do imposto antes diferido, o estabelecimento industrial, no caso de remessas de quaisquer produtos agropecuários relacionados no artigo 9º do Anexo II ao Regulamento do ICMS, para estabelecimentos que os utilizarem na fabricação de insumos agropecuários, cuja saída esteja beneficiada pela isenção.	Art. 9º, Parágrafo único	03.05.2000	03.05.2000	

107.	RICMS	Anexo V	Anexo V - Dos Regimes Especiais e Das Autorizações Especiais, ao Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 9.203, de 18 de setembro de 1998.		15.09.2006	15.09.2006	
108.	RICMS	Anexo VI	ANEXO VI - Dos Créditos Fixos ou Presumidos e do Produtor Rural, ao Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 9.203, de 18 de setembro de 1998.		27.05.2002	27.05.2002	
109.	RICMS	Subanexo XIII ao Anexo I	Subanexo XIII - Dos Produtos Hortifrutigranjeiros, ao Anexo I - Dos Benefícios Fiscais, ao Regulamento do ICMS. Acrescentado pelo Decreto nº 14.643, de 29 de dezembro de 2016.		30.12.2016	30.12.2016	

ACRESCENTADOS PELO DECRETO Nº 15.098, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2018.

110.	Decreto	07.165/1993	Dispõe sobre a isenção do ICMS nas operações de transferência de bens da TELEMS S.A. para a EMBRATEL S.A.	art. 1º	14/4/1993	14/4/1993	
111.	Decreto	08.931/1997	Dispõe sobre a isenção do ICMS nas operações que destinem mercadorias ao executor do Projeto Gasoduto Brasil-Bolívia e dá outras providências.		14/4/1997	21/8/1997	
112.	Decreto	09.578/1999	Dispõe sobre as operações realizadas com produtos farmacêuticos.	art. 1º, I; art. 8º e seguintes	5/8/1999	5/8/1999	
113.	Decreto	09.983/2000	Cria o Programa de Verticalização da Pequena Produção Agropecuária do Estado de Mato Grosso do Sul - PROVE Pantanal, estabelece normas especiais de tratamento simplificado e diferenciado e dispõe sobre o tratamento tributário dispensado à Unidade Familiar de Processamento Agroindustrial - UFPA.		18/7/2000	18/7/2000	
114.	Decreto	10.252/2001	Regulamenta os casos de transferência voluntária de bens ao Estado, por sujeitos passivos do ICMS, e dá outras providências.	art. 1º e art. 4º	15/2/2001	15/2/2001	
115.	Decreto	10.481/2001	Altera o Decreto n. 10.098, de 27 de outubro de 2000, que dispõe sobre tratamento tributário a ser dispensado aos estabelecimentos cujas atividades se enquadrem nos Códigos de Atividades Econômicas (CAE) 41.010, 40.130 e 40.902 e dá outras providências.	art. 4º	5/7/2001	1º/7/2001	
116.	Decreto	14.383/2016	Dá nova redação ao Subanexo Único - Relação das Mercadorias Sujeitas ao Regime de Substituição Tributária nas Operações Subsequentes, do Anexo III - Da Substituição Tributária, ao Regulamento do ICMS, e dá outras providências.	art. 5º	29/1/2016	29/1/2016	
117.	Lei	1.239/1991	Reformula a política de desenvolvimento industrial do Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências.		19/12/1991	1º/1/1992	
118.	Lei	1.810/1997	Dispõe sobre os tributos de competência do Estado e dá outras providências.	art. 288, § 6º	23/12/1997	23/12/1997	
119.	Lei	3.404/2007	Dispõe sobre a localização de estabelecimentos industriais para a produção de açúcar e álcool carburante, para fins de fruição de incentivos ou benefícios fiscais, e dá outras providências.	art. 4º	31/7/2007	31/7/2007	
120.	RICMS		Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.	art. 61	21/9/1998	1º/11/1996	RICMS aprovado pelo Decreto nº 9.203/1997
121.	RICMS	Anexo I	Dos Benefícios Fiscais	art. 30	21/9/1998	1º/11/1998	RICMS aprovado pelo Decreto nº 9.203/1997
122.	RICMS	Anexo III	Da Substituição Tributária	art. 6º-D, art. 41 e art. 48-A	21/9/1998	1º/11/1998	RICMS aprovado pelo Decreto nº 9.203/1997
123.	RICMS	Anexo IX	Do Parcelamento dos Débitos Fiscais	art. 12	21/9/1998	1º/11/1998	RICMS aprovado pelo Decreto nº 9.203/1997." (NR)

ACRESCENTADOS PELO DECRETO Nº 15.186, DE 11 DE MARÇO DE 2019.

124	RICMS	Anexo I	Dos Benefícios Fiscais - Isenção nas saídas internas de ativo imobilizado.	Art. 6º, § 1º, I, e § 2º	21.9.1998	1º.11.1998	RICMS aprovado pelo Decreto nº 9.203/1997. Os dispositivos indicados autorizam a não anulação de crédito, extrapolando as regras do Convênio ICMS 70/90.
125	RICMS	Anexo I	Dos Benefícios Fiscais - Isenção nas saídas internas com insumos agropecuários.	Art. 29	21.9.1998	1º.11.1998	RICMS aprovado pelo Decreto nº 9.203/1997. O dispositivo indicado veicula disposições que extrapolam as regras do Convênio ICMS 100/97.
126	RICMS	Anexo I	Dos Benefícios Fiscais - Isenção nas saídas de reprodutores e ou matrizes.	Art. 41, I, "a" e "b"	21.9.1998	1º.11.1998	RICMS aprovado pelo Decreto nº 9.203/1997. Os dispositivos indicados estendem o benefício para aves, extrapolando as regras do Convênio ICM 35/77, cláusula 11ª, II, na redação do Convênio ICM 9/78.
127	RICMS	Anexo I	Dos Benefícios Fiscais - Isenção nas saídas de sêmen bovino e embriões.	Art. 42	21.9.1998	1º.11.1998	RICMS aprovado pelo Decreto nº 9.203/1997. O dispositivo indicado beneficia importação do exterior, extrapolando as regras do Convênio ICMS 70/92.
128	RICMS	Anexo I	Dos Benefícios Fiscais - Redução da base de cálculo nas operações com aviões e equipamentos aeronáuticos.	Art. 50, §§ 7º e 8º	26.5.2015	14.5.2015	RICMS aprovado pelo Decreto nº 9.203/1997. Os dispositivos indicados extrapolam as regras do Convênio ICMS 75/91.
129	Lei	1.292/1991	Autoriza a substituição das formas de fruição de benefícios ou incentivos fiscais, altera textos de Leis e dá outras providências.	Arts. 1º e 2º	17.9.1992	1.6.1992	" (NR)